

# Seminário abre debate sobre questões urbanas

A implementação de ações que amenizem os problemas habitacionais, do meio ambiente e do transporte coletivo na Grande Vitória passa pela transformação dos cinco municípios numa região metropolitana, com todos os prefeitos destinando verbas de seus cofres. "As Prefeituras têm que parar de ter suas atuações restritas praticamente ao calçamento de rua e limpeza pública e partir para atacar os grandes problemas comuns à região", afirma o professor do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Roberto Garcia Simões.

Na avaliação de Roberto Garcia Simões, que participa como palestrante do seminário sobre Questão Urbana, promovido pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e apoiado pela **Rede Gazeta de Comunicações**, de hoje até a próxima quinta-feira, o Governo do Estado, as prefeituras e a sociedade civil devem travar discussões e esforços para a solução do déficit habitacional e recuperação da qualidade de vida na região entre outros. Hoje as políticas de saneamento, habitação e transporte vêm sendo desenvolvidas pelo Governo do Estado sem a participação dos municípios.

O seminário será aberto hoje às 9 horas, no auditório do Instituto, com palestras sobre a Análise do Processo de Desenvolvimento Estadual e suas interfaces com a Questão Urbana, feita pelo professor Roberto Simões. Amanhã, às 19h30m, no auditório da Rede Gazeta de Comunicações, haverá palestra sobre Organização e Gestão das Regiões Metropolitanas, que contará com técnicos de fora do Espírito Santo e dos prefeitos da Grande Vitória.

Os técnicos convidados são o assessor jurídico da Emplasa-SP, Paulo José Villela Lomar, e a advogada e pesquisadora da Unicamp, Rovena Negreiros. A coordenadora de Planejamento Regional e Urbano da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Santa Catarina, Sílvio Ribeiro Lenzi, falará sobre o tema O Uso do solo e as Funções Públicas de Interesse Comum nas Aglomerações Urbanas. A palestra está prevista para ocorrer às 9 horas, da quarta-feira.

## Previsões

Hoje, do total da população do Espírito Santo, 40%, ou seja, cerca de 1 milhão e meio de habitantes, vivem na Grande Vitória. Com a efetivação dos grandes projetos econômicos como a expansão da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), técnicos de planejamento do Estado estimam que o contingente populacional da região, no século XXI, chegará a 3 milhões. Considerando as perspectivas de crescimento econômico e os impactos que provocarão na Grande Vitória, os técnicos vêem como urgente a criação da região metropolitana.

Os cinco municípios da Grande Vitória não tiveram autorização do Governo federal para

formar uma região metropolitana, segundo o professor de Arquitetura da Ufes, Roberto Garcia Simões, entre outros motivos, por não satisfazer ao critério de população exigida. Na época, em 1975, quando outros Estados como São Paulo, Porto Alegre e Santa Catarina criaram as regiões metropolitanas, a Grande Vitória devia ter pouco mais de 400 mil habitantes, enquanto o exigido era 700 mil.

Efetivamente, acredita Roberto Simões, o Espírito Santo não perdeu muito por não ter sua região metropolitana, pois naquele momento, beneficiados pela lei complementar número 14/73 do Governo federal, as regiões metropolitanas foram instituídas para ter uma atuação e manipulação do Governo federal. Os Governos estaduais e as Prefeituras, segundo o professor da Ufes, não participaram da definição da política habitacional, do transporte e outras questões como o saneamento, a ser desenvolvida.

## Articulação

A Constituição Federal em vigor estabelece que a criação de regiões metropolitanas deve ser definida pelas Constituições Estaduais. Por isso, segundo Roberto Garcia Simões, o seminário do IJSN busca subsidiar as discussões para que a Grande Vitória se transforme em região metropolitana. Os prefeitos eleitos em 15 de novembro último já estão se articulando e discutindo alguns problemas que seus municípios têm em comum, lembrou o professor.

"Eu vejo o movimento deles como um embrião para a região metropolitana aqui no Estado", disse o professor da Ufes, comentando que a ação mais recente que demonstra o interesse dos executivos municipais é a postura adotada diante do Imposto Sobre a Venda a Varejo de Combustíveis Sólidos e Gasosos (IVV), quando não permitiram o repasse dos 3% para o consumidor.

A região metropolitana, além de contar com a representação dos prefeitos, teria a participação das Câmaras Municipais de Vereadores, das entidades da sociedade civil e também do Governo do Estado — existem técnicos que discordam da presença do Estado. Contudo, mais do que criar a região metropolitana, ressalta Roberto Garcia Simões, é necessário que haja disposição das Prefeituras de repassar recursos financeiros para a solução dos problemas.

"Não adianta traçar estratégias se não se tem verba", disse ele, citando problemas que requerem solução, como a invasão dos mangues, que vem provocando uma degradação irreversível do meio ambiente. Em Vila Velha, ele citou como outro grave problema da Grande Vitória o fato de que desde a administração do prefeito Carlos Malta, cerca de 70 edifícios de até 13 andares tiveram suas construções liberadas na orla da Praia da Costa, sem se respeitar o plano diretor urbano, que não previa não mais que sete andares.